



Conflitos e Convergências da Geografia

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Conflitos e Convergências da Geografia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C748 Conflitos e convergências da geografia [recurso eletrônico] /
Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2019. – (Conflitos e Convergências da
Geografia; v. 1)

Formato: PDF
Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-320-0
DOI 10.22533/at.ed.200191504

1. Geografia – Pesquisa – Brasil. 2. Geografia humana.
I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série.

CDD 910.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Conflitos e Convergências da Geografia - Volume 1. É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Conflitos e Convergências da Geografia” (Volume 1), cuja diversidade regional, teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de quatorze estados de todas as regiões brasileiras, com a contribuição de professores e pesquisadores oriundos de vinte e quatro instituições; sendo vinte e duas públicas (Universidades Estaduais, Universidades Federais, Institutos Federais e Secretarias Estaduais da Educação) e duas instituições particulares (Colégio de Ensino Médio e Centro Universitário). Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de dois enfoques temáticos: o primeiro versa sobre os dilemas, conflitos, convergências e possibilidades para compreender o campo brasileiro e suas conceituações e contradições vigentes. O segundo retrata alguns panoramas sobre o Ensino de Geografia, a formação de professores, a reforma curricular (leia-se: BNCC – Base Nacional Comum Curricular) em andamento no país e algumas linguagens e práticas advindas do trabalho docente em sala de aula, sobremaneira, na Educação Básica.

Em relação às contribuições inerentes a Geografia Agrária salienta-se que as mesmas estão dispostas a partir das pesquisas sobre o Centro-Sul, Nordeste e Amazônia. Todavia, algumas contribuições extrapolam esses recortes como exemplo, o debate teórico-metodológico sobre campesinato x agricultura familiar, pluriatividade, expansão da mineração, produção orgânica, assentamentos rurais, desenvolvimento rural, conflitos por água no campo, questão indígena e Educação do Campo.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Montes Claros-MG
Outono de 2019

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ESTADO CAPITALISTA E CAMPESINATO	
Alysson André Oliveira Cabral Ivan Targino Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2001915041	
CAPÍTULO 2	10
AGRICULTURA FAMILIAR COMO ATIVIDADE PRODUTIVA	
Fabrícia Carlos da Conceição Ana Ivânia Alves Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.2001915042	
CAPÍTULO 3	23
O DESENVOLVIMENTO DA PLURIATIVIDADE E DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS NOS BAIROS RURAIS DO POSTE E CAXAMBÚ NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ -SP	
Tamires Regina Rocha Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol Alan da Silva Vinhaes	
DOI 10.22533/at.ed.2001915043	
CAPÍTULO 4	40
ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA AGROPECUÁRIA E DAS RURALIDADES EM DISTRITOS MUNICIPAIS: OS EXEMPLOS DE JAMAICA E JACIPORÃ (DRACENA/ SP)	
Maryna Vieira Martins Antunes Rosangela Ap. de Medeiros Hespanhol	
DOI 10.22533/at.ed.2001915044	
CAPÍTULO 5	57
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO - NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E PRESIDENTE VENCESLAU - SP	
Alan da Silva Vinhaes Antonio Nivaldo Hespanhol Tamires Regina Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.2001915045	
CAPÍTULO 6	73
AS DINÂMICAS MIGRATÓRIAS SOB INFLUÊNCIA DA MULTIFUNCIONALIZAÇÃO NO ESPAÇO RURAL: O ESTUDO DA MICROBACIA DO PITO ACESO EM BOM JARDIM-RJ	
Renato Paiva Rega Ricardo Maia de Almeida Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2001915046	

CAPÍTULO 7	83
MINERAÇÃO: ASFIXIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E CONFLITOS TERRITORIAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA	
Maria José Andrade da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2001915047	
CAPÍTULO 8	95
VITIVINICULTURA ORGÂNICA NO RIO GRANDE DO SUL: A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE UVA, VINHO E SUCO EM COTIPORÃ E DOM PEDRITO	
Vinício Luís Pierozan Vanessa Manfio Rosa Maria Vieira Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.2001915048	
CAPÍTULO 9	109
AS DIFICULDADES E AS POSSIBILIDADES DE PROMOVER NOVAS TERRITORIALIDADES EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVO ALEGRETE – RS	
Suelen de Leal Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.2001915049	
CAPÍTULO 10	124
A QUESTÃO INDÍGENA EM AMAMBAI-MS: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO E DA ATUAL RELAÇÃO DOS GUARANI-KAIOWÁ COM O COMÉRCIO LOCAL	
Leonardo Calixto Maruchi	
DOI 10.22533/at.ed.20019150410	
CAPÍTULO 11	134
ANÁLISE DO PISF (PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO) À LUZ DA GEOGRAFIA POLÍTICA APLICADA AOS RECURSOS HÍDRICOS	
Victoria Nenow Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.20019150411	
CAPÍTULO 12	142
GEOGRAFIA DA DISPERSÃO ECONÔMICA DO PRONAF NO MARANHÃO	
Vanderson Viana Rodrigues Ademir Terra	
DOI 10.22533/at.ed.20019150412	
CAPÍTULO 13	153
ESPACIALIDADE DA SOJA: ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO EM VILHENA/RO	
Tiago Roberto Silva Santos Helen Soares Vitória Eduardo Helison Lucas Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.20019150413	

CAPÍTULO 14	165
ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA - AMAPÁ	
Alexandre Pinheiro de Freitas Daguinete Maria Chaves Brito	
DOI 10.22533/at.ed.20019150414	
CAPÍTULO 15	180
A A B O R D A G E M T E R R I T O R I A L N A S P O L Í T I C A S P Ú B L I C A S D E D E S E N V O L V I M E N T O R U R A L N O B R A S I L E E M P O R T U G A L	
Paulo Roberto Rosa Marcos Pereira Campos	
DOI 10.22533/at.ed.20019150415	
CAPÍTULO 16	190
A D I N Â M I C A N E O E X T R A T I V I S T A D A V A L E S . A . E N T R E O D E S E N V O L V I M E N T O S U S T E N T Á V E L E A A C U M U L A Ç Ã O P O R E S P O L I A Ç Ã O	
Guilherme Magon Whitacker	
DOI 10.22533/at.ed.20019150416	
CAPÍTULO 17	206
O D E B A T E D O S / D A S T E R R I T Ó R I O S / T E R R I T O R I A L I D A D E S N A L I C E N C I A T U R A E M E D U C A Ç Ã O D O C A M P O : R E F L E X Õ E S S O B R E A D I S C I P L I N A D E “ G E O - H I S T Ó R I A E T E R R I T O R I A L I D A D E S D E M S ”	
Rodrigo Simão Camacho	
DOI 10.22533/at.ed.20019150417	
CAPÍTULO 18	219
O C A R Á T E R P O L Í T I C O D O D I S C U R S O S O B R E O E N S I N O : D E S A F I O S P A R A A F O R M A Ç Ã O C R Í T I C A E I N T E G R A L N O E N S I N O M É D I O	
Carlos Marcelo Maciel Gomes Márcio dos Reis Santos	
DOI 10.22533/at.ed.20019150418	
CAPÍTULO 19	228
A S E S P A C I A L I D A D E S D A R E F O R M A D O E N S I N O M É D I O E M A R A G U A Í N A - T O (2 0 1 7 - 2 0 1 8) : L I M I T E S E R E C U O S	
Antonio Jadson Rocha Sousa Vanda Balduino dos Santos Antônia Alves dos Santos Agenor Neto Cabral da Cruz Dirceu Ferraz de Oliveira Júnior Fátima Maria de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.20019150419	

CAPÍTULO 20	234
A EXCLUSÃO DO DEBATE DE GÊNERO(S) DO PNE (2014) À BNCC (2017) E SEUS REFLEXOS NO PME/ARAGUAÍNA-TO (2015)	
Osmar Oliveira de Moura	
Fátima Maria de Lima	
Luciane Cardoso do Nascimento Rodrigues	
Patrícia Fonseca Dias Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.20019150420	
CAPÍTULO 21	241
O CINEMA DE JORGE FURTADO E OS DEVIRES DE UMA SALA DE AULA EM TRANSFORMAÇÃO: A AULA DE GEOGRAFIA COMO COMUNIDADE DE CINEMA	
Gilberto de Carvalho Soares	
DOI 10.22533/at.ed.20019150421	
CAPÍTULO 22	249
INCURSÃO NO PROGRAMA TELECENTROS.BR: UMA ANÁLISE DA POTENCIALIDADE DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM CONTEXTO FORMATIVO	
Jean da Silva Santos	
Ana Margarete Gomes da Silva	
Lorena Silva de Oliveira Souza	
DOI 10.22533/at.ed.20019150422	
CAPÍTULO 23	262
FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM GEOGRAFIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTRUÇÃO DAS PALAVRASMUNDO	
Marcos Aurelio Zanlorenzi	
Neusa Maria Tauscheck	
DOI 10.22533/at.ed.20019150423	
CAPÍTULO 24	272
ENSINO PÚBLICO E PRIVADO:AVANÇOS E CONTRADIÇÕES	
Marbio Pereira de Almeida	
Maikon Geovane Oliveira Vila Nova	
Gilvânia Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.20019150424	
SOBRE O ORGANIZADOR	280

ANÁLISE DO PISF (PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO) À LUZ DA GEOGRAFIA POLÍTICA APLICADA AOS RECURSOS HÍDRICOS

Victoria Nenow Barreto

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

João Pessoa – Paraíba

RESUMO: A água é um elemento primordial para a manutenção e reprodução da vida e da sociedade, portanto é um direito inalienável de todos os seres humanos. A perspectiva de escassez desse bem natural, faz da água alvo de debate e disputa empresarial, social e governamental no mundo. O problema social decorrente dos episódios de seca no nordeste brasileiro engendrou a água objeto de debate no país. Dessa forma, surgiram projetos políticos e sociais para o combate e convivência com a oferta hídrica dessa região. Dentre os projetos está o PISF – Projeto de Integração do Rio São Francisco no Nordeste Setentrional, que se enquadra nas políticas de combate à seca e de segurança hídrica. Assim, o objetivo é analisar o PISF à luz de teorias da Geografia Política, notadamente aquelas que abordam o debate sobre Recursos Hídricos. Foram elucidadas algumas das teorias que contribuem para a análise da conjuntura política de acesso aos recursos hídricos em escala mundial, e aplicadas, em menor escala, na reflexão do semiárido brasileiro, mais especificamente nos territórios onde as águas da transposição alcançam. Foi possível perceber que o PISF

abarca as exigências de direito dos seres humanos ao devido acesso público à água, propostas em algumas Conferências e Comitês Mundiais da Água, pela ONU e por alguns autores. Porém vai na contramão do que propõe o Conselho Mundial da Água, a OMC e o Banco Mundial, por tratarem a água como mercadoria.

PALAVRAS-CHAVES: PISF; semiárido; recursos hídricos

ABSTRACT: Water is an essential element for the maintenance and reproduction of life and society, therefore it is an inalienable right of all human beings. The prospect of shortage of these natural asset turns water into a target of debate and dispute between the business', social's and government's sectors all over the world. The social problems due to the drought episodes in Brazilian's northeast turned water into a subject of debate in the country. Therefore, have emerged political and social projects to debate the coexistence with the hydric supply of the region. Among these projects there is PISF – São Francisco's Integration Project on the Northeast, which is in line with the politics for hydric security and combating drought. Thereby, the objective is to analyze PISF considering the theories of Political Geography, especially those regarding the Hydric Resources debate. Some of the theories that contribute to the analysis of the political conjuncture were considered, and

then applied, in a minor scale, in the reflection of Brazilian's semiarid region, especially in the territories reached by the waters of the transposition. It was possible to perceive that PISF embraces the human rights demands for public access to water, proposed in a couple of World Water Forums and World Water Councils, by UN and other agents. However, PISF also goes against some proposals of the World Water Council, WTO, and World Bank, for treating water as a commodity.

KEYWORDS: PISF; semiarid; hydric resources.

1 | INTRODUÇÃO

Os recursos hídricos estão entre os recursos naturais mais imprescindíveis à sobrevivência humana e à manutenção da vida na Terra. Porém a água não é utilizada apenas para garantir a vida na Terra, é também para a produção de mercadorias e bens de consumo, produção de alimentos industriais e agrícolas, saneamento básico, higiene pessoal, preparo de alimentos, limpeza de residências e estabelecimentos, pesca, lazer, recreação, transporte, geração de energia. Devido a tamanha importância desse recurso, alguns autores como Petrella (2002) e Ribeiro (2008) atentam para a importância da distribuição igualitária da água, para a necessidade de políticas de governança e distribuição hídrica que incluam todas as camadas populacionais do globo, e assim não favoreçam apenas as camadas econômicas mais abastadas.

Levando em consideração que o ritmo de produção e consumo de bens é cada vez mais acelerado no mundo (RIBEIRO, 2008) a utilização dos recursos hídricos também se intensificou. E há uma grande desigualdade entre os países em relação ao consumo de água dos países mais industrializados e capitalizados em detrimento dos demais. Para se ter uma ideia, os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) somam 15% da população mundial e utilizam 27% dos recursos hídricos da Terra (RIBEIRO, 2008).

O desenvolvimento industrial e agroindustrial, principais responsáveis pelo consumo de água no mundo, levou a uma crescente urbanização em todo o mundo, o que intensifica o uso da água, pois esses centros necessitam de cada vez mais saneamento básico e uso doméstico. As áreas urbanas também são grandes poluentes das águas dos rios urbanos, pela falta de saneamento e pela concentração industrial características dos grandes centros urbanos.

O intenso ritmo de consumo hídrico no mundo e sua possível escassez levou algumas autoridades políticas a organizarem encontros mundiais para tratar e pensarem a respeito dos recursos hídricos. A água já foi e é motivo de conflito, inclusive bélico, em diversas partes do mundo, o que fomenta a necessidade de discutir em âmbito mundial a utilização dos recursos hídricos nessa escala, na tentativa de amenizar as tensões.

Para tanto, autoridades internacionais começaram a organizar algumas

conferências, reuniões e encontros internacionais que tem como preocupação discutir a utilização e distribuição dos recursos hídricos. Desde a primeira reunião, na Argentina, em 1977, muitos desafios foram encontrados para firmar acordos internacionais e, principalmente, colocá-los em prática.

Algumas conferências pensaram e esboçaram acordos de distribuição democrática da água, pensando na importância desse recurso para toda a população. Outras conferências, contraditoriamente, afirmam a necessidade da cobrança pela água, a água como uma mercadoria para que ela seja melhor administrada. Essa visão é financiada pelo Banco Mundial da Água e pela OMC (Organização Mundial do Comércio), e tem espaço de repercussão, principalmente, nos Fóruns Mundiais da Água. Autores como Petrella (2002) e Ribeiro (2008) afirmam que a cobrança pela água apenas aumentaria o desigual acesso a esse recurso no mundo, já que a desigualdade econômica global é enorme. Para se ter uma ideia, atualmente “1,4 bilhão de pessoas não tem acesso à água potável” (PETRELLA, 2002, p. 52).

No Brasil, a região que mais sofre com problemas de distribuição hídrica é o Semiárido Setentrional. Há aspectos físicos naturais que influenciam nos periódicos quadros de escassez hídrica da região, como os baixos índices pluviométricos e a ausência de aquíferos devido ao solo cristalino da maior parte da região, porém, os aspectos políticos e econômicos também influenciam muito na escassez que sofre grande parte da população que ali vive (BRITTO, 2013). A distribuição hídrica é desigual e favorece os mais capitalizados, senhores da terra e da água (Petrella, 2002).

Para amenizar os efeitos da seca no Semiárido foram criadas, desde o Brasil Colonial, algumas políticas de combate e convivência com a seca. As mais antigas são as políticas de açudagem e perfuração de poços, sendo as mais recentes os carros-pipas e cisternas.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco com o Semiárido Setentrional – PISF é pensado desde antes do Brasil República como política de combate a seca nordestina. Porém, só foi colocado em prática com o governo de Luiz Inácio Lula da Silva – PT, com o investimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, a partir de 2007.

O objetivo divulgado e prometido pelo governo é de levar água para a população para acabar com os efeitos da seca, para dessedentação humana e animal e para cultivo agrícola. Devido a realidade política de distribuição hídrica da região há muita desconfiança a respeito de quem será o maior beneficiário desse imenso projeto. Se realmente a população mais carente economicamente terá acesso pleno a essas águas ou será destinado aos grandes proprietários de terra da região Semiárida e aos centros urbanos.

Há diversas desconfianças a respeito do projeto e segundo Britto (2013), a divisão de opiniões se divide, de maneira geral, entre os Estados doadores e Estados receptores dessas águas. Sendo os doadores contra e os receptores a favor.

Os projetos de transposição fazem parte de políticas de distribuição hídrica

presente em muitas partes do mundo. Mas há no Brasil quem acredite que esse não é ainda o melhor meio de mitigar e, quem sabe, acabar com a seca do Semiárido Setentrional.

2 | OBJETIVOS

A proposta desse artigo é analisar o Projeto de Integração do Rio São Francisco com o Semiárido Setentrional a partir de algumas políticas institucionais internacionais pensadas até então no mundo a respeito dos recursos hídricos. Com a intenção de identificar como esse projeto se encaixa nessas políticas e quais os desafios do projeto na realidade da região semiárida, levando em consideração as desconfianças e esperanças de diversos segmentos da sociedade a respeito do PISF.

A proposta desse artigo é analisar o Projeto de Integração do Rio São Francisco com o Semiárido Setentrional a partir de algumas políticas institucionais internacionais pensadas até então no mundo a respeito dos recursos hídricos. Com a intenção de identificar como esse projeto se encaixa nessas políticas e quais os desafios do projeto na realidade da região semiárida, levando em consideração as desconfianças e esperanças de diversos segmentos da sociedade a respeito do PISF.

3 | METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto nesse artigo foram utilizadas duas obras que tratam a respeito dos recursos hídricos em escala mundial com um viés da Geografia Política, são essas: Geografia Política da Água, de Wagner Costa Ribeiro, 2008. O Manifesto da Água - Argumentos para um contrato mundial, de Riccardo Petrella, 2001 (traduzido e publicado em português em 2002).

A tese de doutorado de Franklyn Barbosa de Brito, Conflitos pelo Acesso e Uso da Água: Integração do Rio São Francisco com a Paraíba (Eixo Leste), também foi uma bibliografia que contribuiu muito para a realização desse artigo, pois ajudou a entender o Projeto de Integração do Rio São Francisco com o Semiárido Setentrional, os desafios que essa região vive pelo acesso à água e a visão de diversos setores da sociedade a respeito da obra de integração, já praticamente finalizada.

4 | ENCONTROS INTERNACIONAIS A RESPEITO DOS RECURSOS HÍDRICOS

Devido à importância da água para a manutenção da vida, produção de alimentos e bens de consumo, utilização doméstica etc, o acesso a esse recurso muitas vezes vira objeto de disputa política e bélica pelo mundo. Com a intenção de aliviar essas tensões e pensar em políticas institucionais de distribuição dos recursos hídricos,

foram realizados

alguns encontros internacionais para tratar a respeito, com a tentativa de criação de acordos acerca da regulamentação da água pela ordem ambiental internacional.

Sendo assim, as diversas reuniões internacionais que ocorreram sobre recursos hídricos procuraram produzir um aparato institucional na possibilidade de regulamentar o uso da água em escala internacional (RIBEIRO, 2008). Ribeiro (2008) apresentou conferências e fóruns que foram realizados pelo mundo e salientou que muitos encontros e projetos foram criados, mas pouco foi colocado realmente em prática.

A primeira reunião internacional ocorreu em Mar Del Plata, Argentina, em março de 1977. Tendo como principal objetivo estabelecer alternativas para evitar uma crise de água e com a tentativa de reforçar a cooperação internacional para solucionar os problemas referentes aos recursos hídricos. “Foi acordado que cada país membro deveria promover políticas públicas de acesso à água de qualidade e saneamento básico para a totalidade da população até 1990” (RIBEIRO, 2008).

A Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente, realizada em Dublin, em 1992, reconhece que ela é finita e “necessária para sustentar a vida, o desenvolvimento e o meio ambiente” (RIBEIRO, 2008), e dessa forma aumenta a consciência da importância da água. Porém salienta que a água tem um valor econômico, portanto deve ser administrada por setores privados e atribuído valor monetário. Foi feita a proposta de criar um Conselho Mundial da Água para opinar sobre recursos hídricos.

Segundo Petrella (2002), atribuir valor econômico à água apenas favorece os senhores da terra e da água, e deixa mais distante o acesso à água às camadas da população menos favorecidas economicamente. O autor afirma a necessidade de uma governança solidária, comunitária e justa dos recursos hídricos devido a tamanha importância da água para a vida, salientando que as instituições privadas não é o melhor meio a garantir o acesso de água para todos de maneira igualitária.

A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida no Rio de Janeiro em 1992, reconheceu a água como um bem público e de acesso a todos. Propôs a redução da contaminação urbana e industrial, salientando que deve haver um equilíbrio na expansão das cidades. Alertou para a importância de estudos a cerca de técnicas de irrigação mais adequadas (sem tanto desperdício de água) e da gestão integrada de bacias internacionais. Desse encontro saiu a Agenda 21, que consiste num plano de ações para recuperação ambiental em escala mundial até o ano 2000 (RIBEIRO, 2008).

O Conselho Mundial da Água, construído de fato em 1996, em Marselha, reconhece a água como um bem necessário e comum a todos para a manutenção da vida, onde a população deve ter pleno acesso, mas incentiva a privatização da gestão dos recursos hídricos, afirmando a importância das empresas privadas em fornecer o abastecimento de água e o saneamento básico. Esse discurso é difundido pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial do Comércio – OMC.

De acordo com Petrella (2002), essas instituições fomentam a ideia de que

as instituições públicas não têm capacidade de governar os recursos hídricos adequadamente e a atribuição de valor econômico a água enfatizaria e conscientizaria a população mundial a respeito da importância da água, tornando seu uso mais consciente. Porém, o autor novamente denuncia a quem esse discurso favorece.

A Participação Global da Água; Convenção de Cursos D'Água Internacionais; Convenção de Helsinque; Conferência de Paris, Conferência de Bonn; Conferência de Johnnesburgo (quatro fóruns entre 1997 e 2006), reafirmam a ideia do Banco Mundial e da OMC a respeito da administração e distribuição dos recursos hídricos.

5 | O PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM O SEMIÁRIDO SETENTRIONAL

O PISF é um projeto financiado pelo Governo Federal que tem como bandeira acabar com os problemas de déficit hídrico da região Semiárida do nordeste brasileiro e assim garantir a segurança hídrica da população que ali vive. A transposição das águas do Rio São Francisco chegará aos Estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. O projeto oficial declara que todos os municípios ao longo dos canais dos dois eixos (Norte e Leste) deverão ser atendidos pelas águas da transposição. Ao todo são 559 municípios (BRITTO, 2013).

O Eixo Leste foi inaugurado pelo Ministério da Integração Nacional em março de 2017. Em abril do mesmo ano as águas chegaram ao açude Epitácio Pessoa, município Boqueirão/PB. Em abril de 2018 o Eixo Norte estava com 96% de suas obras concluídas.

Porém a obra do PISF divide opiniões, alguns acreditam nas promessas feitas pelo governo nacional de que as águas transpostas garantirão a segurança hídrica de toda a população do Semiárido. Outros acreditam que essas águas serão destinadas em sua maioria aos grandes proprietários de terra e centros urbanos. Alguns críticos do projeto acreditam ainda que como o gasto com a obra foi elevado, pode haver a possibilidade de no futuro essa obra passar a ser administrada pela iniciativa privada, e assim essas águas poderão ser cobradas financeiramente, o que já não garantiria o acesso à água a quem não puder pagar.

Os movimentos sociais dos Estados receptores das águas do São Francisco, Movimento dos Sem Terra (MST); do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), são contra a transposição por entenderem que o projeto não beneficiará a população mais carente, e sim o agronegócio (BRITTO, 2013).

De acordo com o presidente da AESA - Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba, em entrevista ao programa televisivo "Correio Debate", no dia 07/05/2018, as águas do Eixo Leste da transposição do rio São Francisco terão como prioridade atender a demanda hídrica do município de Campina Grande/PB,

segundo maior centro urbano da Paraíba, só perdendo para a capital do Estado, João Pessoa, cidade litorânea. As águas do Eixo Norte serão destinadas prioritariamente ao abastecimento da cidade de Fortaleza/CE. Atualmente apenas o Eixo Leste está em funcionamento, e as populações ao longo do canal artificial da transposição só podem utilizar água para irrigar meio hectare de terra.

O 8º Fórum Mundial da Água, realizado no Rio de Janeiro/RJ, em março de 2018, se posicionou a favor das obras de transposição e intensificou a ideia de que a população que realmente sofre com a má distribuição das águas na região semiárida passaria a ter segurança hídrica.

6 | RESULTADOS PRELIMINARES

Foi possível perceber que o Projeto de Integração do Rio São Francisco com o Semiárido Setentrional, em sua proposta inicial de garantir o acesso à água de toda a população da região e dessa maneira levar segurança hídrica às famílias que ali vivem condiz com o que foi dito nas conferências internacionais acerca dos recursos hídricos, quando defendem a importância da água e do acesso de toda a população mundial a esse bem natural.

Porém, atualmente não é o que vem acontecendo com as águas transpostas do Eixo Leste, já que a população do entorno do canal artificial não possui o acesso de que realmente necessitam em detrimento da cidade industrializada de Campina Grande/PB, que recebe a maior parte das águas transpostas.

Quanto ao valor monetário atribuído à água defendido por algumas instituições em encontros internacionais, citados no presente artigo, o PISF não contemplou essa lógica. Portanto ainda garante o acesso gratuito às águas transpostas.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O futuro das águas da transposição do Rio São Francisco ainda é incerto. Se será destinada realmente à população mais carente economicamente como prometido pelo governo que implementou o projeto só o tempo dirá. Porém, os movimentos sociais, os intelectuais, as comunidades científicas e toda a população deve se posicionar, averiguar e cobrar o destino dessas águas, pois a importância dessa obra não deve ser jogada fora abastecendo apenas os detentores do capital, aprofundando ainda mais a desigualdade da região.

REFERÊNCIAS

BRITO, Franklin Barbosa de. **Conflitos pelo Acesso e Uso da Água: Integração do Rio São Francisco com a Paraíba (Eixo Leste)**. 359f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013

COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. Edusp: São Paulo. 1992

LIMA, Valéria Raquel Porto de; VIANNA, Pedro Costa Guedes. **A Necessidade de Uma Reforma Hídrica: o Conflito por Água no Semi-árido da Paraíba**. II Semiluso - Seminário Luso-Brasileiro Agricultura Familiar e Desertificação. 2008

NETO, Francisco Vilar de Araújo Segundo. **Diferentes Formas de Convivência com a Seca na Região Semiárida da Bacia do rio Paraíba**. 131f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016

PETRELLA, Riccardo. **O Manifesto da Água**. Editora Vozes. 2001

RIBEIRO, Wagner Costa. **Geografia Política da Água**. Annablume. 2008

SOBRE O ORGANIZADOR

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC -Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia -"Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia-UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018) entre outras publicações.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-320-0

